

Relatório da Administração
Senhores Acionistas,
Apresentamos a V.Sas., o relatório da Administração e as demonstrações financeiras do Holding Banco de Investimento do Brasil S.A. encerradas em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas, elaboradas de acordo com a legislação societária e normas regulamentadas do Banco Central do Brasil.

Desempenho das Atividades
O Banco apresentou prejuízo de R\$ 31.023 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O patrimônio líquido atingiu R\$ 522.028 ao final do ano e o resultado do exercício, O Índice de Aquecimento do Capital, instituído pelo Banco da Brasília e normalizado pelo Banco Central do Brasil, atingiu 17,6% ao final do ano no "Conglomerado Prudencial", superior ao mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	31.12.2023	31.12.2022	Passivo	31.12.2023	31.12.2022
Ativo Circulante	4.519.055	4.919.365	Passivo Circulante	4.388.402	4.102.474
Disponibilidades	9.763	47.031	Instrumentos financeiros	1.114	1.114
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	4.510.292	4.872.334	Captações no mercado aberto	11a 2.967.196	2.781.922
Títulos e valores mobiliários	6a 4.387.897	4.497.823	Recursos de letras de crédito imobiliário	11a 114.627	114.627
Derivativos	7a 3.453	1.790	Recursos de letras financeiras	11a 724.870	69.668
Carteira de crédito - Setor privado	8a 62.805	292.524	Obrigações por repasses do País - BNDES	11a 23.694	10.304
Carteira de crédito - Setor público	9a 9.653	83.173	Derivativos	11a 14.148	6.962
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(4.781)	(7.765)	Carteira de câmbio	9a 9.683	86.780
Carteira de crédito - Setor privado	8b (4.791)	(7.765)	Obrigações	38.382	19.402
Carteira de crédito - Setor público	9b 2.219	1.774	Impostos e contribuições a receber	11a 1.902	4.549
Ativo Não Circulante	1.977.991	1.555.917	Reservas de Lucros	1.828	3.744
Instrumentos financeiros	1.074.509	729.263	Negociação e intermediação de valores	9c 4.828	3.744
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	4,5 27.726	28.917	Reservas de lucro	11a 1.828	3.744
Títulos e valores mobiliários	6a 803.055	286.771	Passivo Não Circulante	1.984.528	1.820.790
Derivativos	7a 1.516	544	Instrumentos financeiros	11a 2.297.421	2.092.913
Carteira de crédito - Setor privado	8a 231.622	300.130	Depósitos	11a 583.408	505.556
Carteira de crédito - Setor público	9a (8.403)	(10.204)	Recursos de letras de crédito do agronegócio	11a 49.603	63.081
Outros créditos	69.243	48.128	Recursos de letras financeiras	11a 569.202	812.433
Créditos tributários	338.198	271.003	Obrigações por repasses do País - BNDES	11a 115.304	190.421
Provisão por depósitos em garantia	13b 178.127	204.881	Derivativos	7a 1.168	1.322
Fisco	14a 170.071	205.225	Obrigações	30.486	34.971
Trabalhadas	14b 17 76	76	Diversas	9d 30.486	34.971
Participações em controladas - no País	322.220	302.720	Obrigações fiscais diferidas	107.871	29.930
Participações em controladas - no País	322.220	302.720	Provisões para perdas	13b 1.236	1.192
Outros investimentos	10 1.568	1.687	Fiscais	14a 1.764	162.452
Integridade de ativos	11 2.922	2.922	Integridade de ativos	14b 1 204	204
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817	Patrimônio líquido	522.028	522.028
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)	Capital - De domiciliação no País	12a 84.000	84.000
Participações em controladas - no País	322.220	302.720	Capital - De domiciliação no Exterior	12b 108.883	140.006
Outros investimentos	10 1.568	1.687	Reservas de lucro	12c 108.883	140.006
Integridade de ativos	11 2.922	2.922	Outros resultados abrangentes	12d 1.828	(7.934)
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817	Total	6.486.156	6.476.338
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			
Outras mobilizações de uso	19.430	18.817			
Depreciação acumulada	(16.800)	(15.400)			
Participações em controladas - no País	322.220	302.720			
Outros investimentos	10 1.568	1.687			
Integridade de ativos	11 2.922	2.922			

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 34.111.187/0001-12
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729 - 8º andar - Itaim Bibi - São Paulo - SP - Brasil
Ouvidoria: 0800-7700-668 - ouvidoria@haitongib.com.br

* continuação
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)
depositados em juízo para obter certidão positiva, com efeitos de negativa, da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, cujos salários de provisão e correspondente depósito judicial totalizavam R\$ 1.022 (31.12.2022 R\$ 1.502). Essas obrigações legais encontram-se registradas na rubrica "Provisão para riscos - Fiscais" e os depósitos judiciais existentes encontram-se registrados na rubrica "Devedores por Depósitos em Garantia - Fiscais". b. Passivos Contingentes: b.1) O Banco possui as seguintes principais contingências que foram avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de "perda possível": i) previdenciárias - R\$ 10.434 (31.12.2022 R\$ 9.991); processos administrativos relativos a incidência de contribuição previdenciária sobre verbas não remuneratórias (períodos de 2008 a 2012); ii) fiscais - R\$ 5.034 (31.12.2022 R\$ 4.315); representantes por processos administrativos relativos a aplicação da CSLL nos anos base 2008 e 2015 R\$ 2.256 (31.12.2022 R\$ 2.375), cobrança de IRPJ e CSEL sobre a atualização dos títulos patrimoniais da CETIP R\$ 557 (31.12.2022 R\$ 583), compensações pleiteadas por PER/DCOMP e não homologadas R\$ 604 (31.12.2022 R\$ 533) e outras contingências de natureza fiscal R\$ 1.616 (31.12.2022 R\$ 823); iii) cíveis, em início de processo, cuja perda máxima atribuída pelos nossos assessores legais totalizava R\$ 7.378 (31.12.2022 R\$ 6.818) e iv) trabalhistas cuja perda máxima atribuída pelos nossos assessores legais totalizava R\$ 23.463 (31.12.2022 R\$ 15.797). Para possíveis exceções e acordos futuros foi constituída provisão no valor de R\$ 523 (31.12.2022 R\$ 523), registrada na rubrica "Provisão para Riscos - Trabalhistas. Para esses processos existem depósitos judiciais no valor de R\$ 76 (31.12.2022 R\$ 76), registrado na rubrica "Devedores por Depósitos em Garantia - Trabalhistas". b.2) A controlada Haitong Securities do Brasil S.A. - C.C.V.M. possui contingências fiscais e trabalhistas, em discussão nas esferas administrativa e judicial, as quais foram avaliadas pelos nossos assessores legais como de "perda possível". i) representantes principalmente por: i) processos trabalhistas cuja perda máxima atribuída pelos nossos assessores legais totalizava R\$ 9.136 (31.12.2022 R\$ 8.160); ii) cobranças de PIS e COFINS sobre os Lucros obtidos nas vendas das ações das Bolsas e da CETIP totalizavam R\$ 62.952 (31.12.2022 R\$ 42.680); e iii) cobranças de IRPJ e CSLL sobre a atualização dos títulos patrimoniais das Bolsas e da CETIP totalizavam R\$ 49.749 (31.12.2022 R\$ 46.937), cujo depósito judicial correspondente totalizava R\$ 56.103 (31.12.2022 R\$ 634). Por força das exigências jurídicas, o Banco garantia a discussão desse processo através de depósito judicial realizado no montante de R\$ 43.542. No início do semestre de 2023, nossos assessores legais conseguiram vincular esse depósito judicial à correspondente contingência fiscal em nome da controlada Haitong Securities do Brasil S.A. - C.C.V.M., e em consequência, procedeu-se o ressarcimento ao Banco pelo valor de R\$ 50.779, atualizado pela Selic acumulada desde a data do desembolso. b.3) A controlada Haitong Securities do Brasil S.A. - C.C.V.M., também possuía contingências de natureza trabalhista avaliadas como de "perda provável" cujos processos aguardam a homologação dos valores e a execução final, sendo estimada a perda de R\$ 4.015 (31.12.2022 R\$ 4.187). Para essa perda esperada e para possíveis exceções e acordos futuros foi constituída provisão no valor de R\$ 9.663 (31.12.2022 R\$ 9.571) e existem depósitos judiciais no valor de R\$ 4.383 (31.12.2022 R\$ 4.292).

15 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a. As operações do Banco são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais, e estão assim representadas:

Table with columns: Ativos/(Passivos), Receitas/(Despesas), 2023, 2022. Rows include Juros sobre o capital próprio recebido, Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, Depósitos a prazo, Depósitos interfinanceiros, Captações no mercado aberto, and Creditores diversos.

b. Os honorários pagos aos Administradores, considerados "pessoa-chave", totalizaram R\$ 7.093 no ano de 2023 (2022 R\$ 6.364). O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

16 VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Haitong Brasil estima o justo valor dos seus instrumentos financeiros com base em preços observados em mercados ativos ou, na sua ausência, recorrendo a técnicas de avaliação baseadas em modelos financeiros standard de mercado tais como desconto de cash flows e modelos de valorização de opções. Sempre que disponíveis, os parâmetros de mercado utilizados são os observáveis no mercado. Caso estes não sejam observáveis diretamente no mercado, são derivados de instrumentos transacionados ativamente no mercado futuro de derivativos ou obtidos através de preços indicados de terceiros. O Haitong Brasil realiza ajustes ao justo valor de instrumentos financeiros não cotados de forma a refletir o risco de crédito da contraparte (CVA) destes derivativos, considerando o valor atual em exposição, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento. A probabilidade de incumprimento é estimada com base no modelo de avaliação de risco de crédito do Banco ou com base em informação de mercado quando aplicável. a) Hierarquia de Justo Valor: Os instrumentos financeiros registrados ao justo valor são classificados em três níveis definidos da seguinte forma: • Nível 1 - Instrumentos valorizados com base em cotações observadas em mercados ativos e líquidos. Incluem-se neste nível: Corporate Bonds transacionados no mercado externo e com alta liquidez e contratos de derivativos futuros transacionados em mercados regulados. • Nível 2 - Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros observáveis no mercado, valorizados com base em cotações num mercado ativo de instrumentos similares como instrumentos de derivativos futuros. Incluem-se neste nível: derivativos de balanço e títulos públicos federais, ambos de qualquer natureza. Os derivativos de balanço incluem instrumentos financeiros negociados nesse mercado (OTC), nos quais existe contrato de garantia (ISDA com CSA - Credit Support Annex), com valor mínimo de transferência (MTA), que permite mitigar o Risco de Crédito da contraparte e a CVA (Credit Value Adjustment). • Nível 3 - Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros não observáveis no mercado e que não cumpram com os requisitos para serem classificados em Nível 1 ou Nível 2. Incluem-se neste nível: títulos privados com característica de crédito e contabilidade de spread de crédito, de baixa liquidez ou ou até mesmo classificados como Ativos Problemáticos em situação de incumprimento, fundos valorizados com base no Net Asset Value publicados pelas entidades responsáveis pela divulgação das cotações e depósitos a prazo e letras de crédito que fazem parte das estruturas de Hedge Accounting e que, portanto, são marcados a mercado.

b) O justo valor dos ativos e passivos financeiros para o Haitong Brasil, é analisado como segue:

Table showing Valorem Justo dos Instrumentos Financeiros for 31.12.2023 and 31.12.2022, categorized by Ativos financeiros avaliados por seu valor justo, Passivos financeiros avaliados por seu valor justo, and Passivos financeiros avaliados por meio de resultado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Table listing board members: Guangtao Pan (Presidente), Alan do Amaral Fernandes, Antônio Carlos Gomes Pacheco, Nuno Miguel Sousa Figueiredo Carvalho, Pedro Alexandre Martins Costa, Bin Xu, Wu Min.

(*) Eleição em fase de aprovação pelo BACEN

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Administradoras e Acionistas Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Porque é um PAA: Mensuração do valor justo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mediante aplicação de metodologia interna: Conforme divulgado nas Notas 3(i), 3(c), 6, 7 e 16, a Instituição mantém investimentos em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, mensurados ao valor justo mediante aplicação de metodologia interna. No processo de derivação do valor justo, a administração aplicou seu julgamento em relação à definição dos modelos de cálculo aplicados ao risco de crédito, considerando o estabelecimento de níveis de risco (rating) para uso diferenciados diferentes de mensuração e demonstração e demonstrações poderiam produzir variações no valor justo utilizado em diferentes modelos das estimadas. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos incluíam, entre outros, o entendimento sobre os processos e controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação das premissas e sua aplicação no processo de mensuração de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. Analisamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas no exercício anterior. Efetuamos, também, para amostras selecionadas e com apoio dos nossos especialistas, testes de recálculo do valor justo desses títulos, com base nos modelos de cálculo aplicados aos dados disponíveis para administração. Concluímos que os modelos e premissas adotadas pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas no exercício anterior. Efetuamos, também, para amostras selecionadas e com apoio dos nossos especialistas, testes de recálculo do valor justo desses títulos, com base nos modelos de cálculo aplicados aos dados disponíveis para administração. Concluímos que os modelos e premissas adotadas pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas no exercício anterior. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos incluíam, entre outros, o entendimento sobre os controles internos relevantes relacionados ao processo de classificação dos níveis

17 GERENCIAMENTO DE RISCOS

a. Introdução: O Haitong Brasil assume claramente que o gerenciamento do risco das suas atividades é um dos seus pilares estratégicos para seu crescimento e desenvolvimento no país, e, dessa forma, proteger o capital da instituição e viabilizar a melhor rentabilidade dos seus negócios. Estes objetivos são alcançados através da definição do apetite de risco por acionista e suportados por uma estrutura de políticas e procedimentos totalmente aderentes à legislação local, melhores práticas internacionais e integração com o acionista controlador. b. Tipos de Risco: • Risco de Mercado e IRBB (Interest Rate Banking Book): o risco de mercado, por definição, trata da possibilidade de ocorrência de perdas resultante de flutuações em taxas de juros, preços de ações/commodities, variações cambiais e outros fatores de risco, os quais sensibilidade ao valor de mercado de instrumentos detidos pela instituição. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado através do monitoramento intraday reportado à Administração, à Tesouraria e ao Controle de Riscos. O monitoramento vale-se dos níveis atuais de exposição perante os limites estabelecidos, os quais são determinados tanto nos termos de risco quanto em termos de exposição. São utilizados, assim, os seguintes parâmetros usuais de mercado como: Valor (VaR e Risk), análise de sensibilidade (V01) e Stress Testing. Complementando a estrutura de acompanhamento de riscos de mercado, é reportada diariamente a exigência de capital, conforme normas estipuladas pelo Banco Central do Brasil. Já o IRBB é definido como o risco de impacto, na forma de movimentos adversos, nos instrumentos que a instituição detinha na carteira bancária. Os riscos da carteira bancária são apurados e reportados diariamente através das abordagens de valor econômico (Economic Value of Equity - EVE) e resultado de intermediação financeira (Net Interest Income - NI), além da análise de sensibilidade (V01), tanto em condições de monitoramento diário quanto sob condições de Stress Testing. Complementando a estrutura de gerenciamento do IRBB, é reportada mensalmente a parcela Banking, conforme normas estipuladas pelo Banco Central do Brasil. • Risco de Crédito: trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte ou tomador de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. A estrutura local possui determinadas alçadas de aprovação para suas operações, ou, sob submete para aprovação na matriz quando estão fora de sua jurisdição. A concessão de limites concedidos passa por um processo de atribuição de rating aos clientes dos diferentes segmentos de risco e segue metodologia interna global. Complementando o controle dos riscos de crédito, mensalmente são apuradas informações do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO) para avaliação e reporte regulatório do risco de crédito ao nível do consumo de capital associado às suas exposições. • Risco do CVA: (Credit Valuation Adjustment) trata-se de um ajuste prudencial ao valor justo dos instrumentos derivativos com o intuito de refletir o risco de crédito da contraparte, ou seja, o CVA pode ser traduzido como o valor de mercado do risco de crédito da contraparte. Dessa forma, a mitigação ou proteção do risco CVA, deve ser observada sob a ótica do risco na medida em que, quanto maior o risco, maior a possibilidade de ocorrerem movimentos derivativos. • Risco de Liquidez: trata-se de a incapacidade da instituição honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias ou mesmo devido à falta de liquidez para os seus ativos, sem que isso afete suas operações diárias ou mesmo incorra em perdas significativas. O controle do risco de liquidez é feito através do monitoramento diário da liquidez disponível, ou seja, instrumentos considerados como sendo HQLA (High Quality Liquid Asset) líquidos de qualquer embarço e também através do indicador do período de sobrevivência (Survival Period), o qual leva em conta a liquidação natural das operações do banco ao longo do tempo. Além disso, faz-se também o monitoramento do risco de liquidez em relação ao Estratégia de Negociação de Perdas (Estratégia de NPSF (Net Stable Funding Ratio), segundo metodologias definidas pelo Banco Central do Brasil. Todas estas métricas são reportadas à Administração, à Tesouraria e ao controle de riscos, as quais devem estar em conformidade com os limites definidos internamente. Adicionalmente, se utiliza de mecanismos de projeção de fluxos de caixa, adotando-se de premissas quanto ao comportamento das entradas e saídas futuras num período de até 365 dias corridos, entendendo-se como boas práticas no controle do risco de liquidez. • Risco de Transfêrencia: é definido como o risco de uma contraparte não conseguir cumprir suas obrigações devido à mudança de estrutura de propriedade do país ou, ainda, a possibilidade de ocorrerem movimentos inesperados no meio de cotação padronizada, bem como o Risco Operacional: trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas e também em razão de descumprimento de dispositivos legais bem como as respectivas indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades desenvolvidas pela instituição. O Banco faz o monitoramento a mensuração e a mitigação dos riscos destes eventos com o intuito de manter o funcionamento regular da instituição e evitar ao máximo a ocorrência de perdas, tanto eletivas quanto funcionais. Os eventos de risco operacional são registrados/monitorados em sistema próprio e reportados à Administração para análise de riscos operacionais. O Banco possui uma estrutura de governança de riscos operacional com decisões estratégicas. Este risco é monitorado pela alta administração através de relatórios periódicos com os indicadores de performance da instituição e das respectivas áreas. O Departamento Financeiro, através da equipe de Controle de Gestão, é o responsável pelos reportes divulgados mensalmente aos responsáveis tanto locais quanto na matriz, bem como informações periódicas ao Conselho de Administração. • Risco de Compliance: trata-se do risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos reputacionais, bem como de medidas administrativas ou criminais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares, normas de mercado e locais e procedimentos internos com premissas assumidas por meio de cotação padronizada, bem como o Risco de Crédito: trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos externos ou falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas e também em razão de descumprimento de dispositivos legais bem como as respectivas indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades desenvolvidas pela instituição. O Banco faz o monitoramento a mensuração e a mitigação dos riscos destes eventos com o intuito de manter o funcionamento regular da instituição e evitar ao máximo a ocorrência de perdas, tanto eletivas quanto funcionais. Os eventos de risco operacional são registrados/monitorados em sistema próprio e reportados à Administração para análise de riscos operacionais. O Banco possui uma estrutura de governança de riscos operacional com decisões estratégicas. Este risco é monitorado pela alta administração através de relatórios periódicos com os indicadores de performance da instituição e das respectivas áreas. O Departamento Financeiro, através da equipe de Controle de Gestão, é o responsável pelos reportes divulgados mensalmente aos responsáveis tanto locais quanto na matriz, bem como informações periódicas ao Conselho de Administração. • Risco de Terroir: trata-se do risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos reputacionais, bem como de medidas administrativas ou criminais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares, normas de mercado e locais e procedimentos internos com premissas assumidas por meio de cotação padronizada, bem como o Risco de Crédito: trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos externos ou falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas e também em razão de descumprimento de dispositivos legais bem como as respectivas indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades desenvolvidas pela instituição. O Banco faz o monitoramento a mensuração e a mitigação dos riscos destes eventos com o intuito de manter o funcionamento regular da instituição e evitar ao máximo a ocorrência de perdas, tanto eletivas quanto funcionais. Os eventos de risco operacional são registrados/monitorados em sistema próprio e reportados à Administração para análise de riscos operacionais. O Banco possui uma estrutura de governança de riscos operacional com decisões estratégicas. Este risco é monitorado pela alta administração através de relatórios periódicos com os indicadores de performance da instituição e das respectivas áreas. O Departamento Financeiro, através da equipe de Controle de Gestão, é o responsável pelos reportes divulgados mensalmente aos responsáveis tanto locais quanto na matriz, bem como informações periódicas ao Conselho de Administração. • Risco de Terroir: trata-se do risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos reputacionais, bem como de medidas administrativas ou criminais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares, normas de mercado e locais e procedimentos internos com premissas assumidas por meio de cotação padronizada, bem como o Risco de Crédito: trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos externos ou falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas e também em razão de descumprimento de dispositivos legais bem como as respectivas indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades desenvolvidas pela instituição. O Banco faz o monitoramento a mensuração e a mitigação dos riscos destes eventos com o intuito de manter o funcionamento regular da instituição e evitar ao máximo a ocorrência de perdas, tanto eletivas quanto funcionais. Os eventos de risco operacional são registrados/monitorados em sistema próprio e reportados à Administração para análise de riscos operacionais. O Banco possui uma estrutura de governança de riscos operacional com decisões estratégicas. Este risco é monitorado pela alta administração através de relatórios periódicos com os indicadores de performance da instituição e das respectivas áreas. O Departamento Financeiro, através da equipe de Controle de Gestão, é o responsável pelos reportes divulgados mensalmente aos responsáveis tanto locais quanto na matriz, bem como informações periódicas ao Conselho de Administração.

comprometer a sua efetividade, bem como atuação distinta entre si, conforme segue: 1. Primeira Linha de Defesa é aquela representada pelas áreas de negócios (Front-Office), responsável por identificar, mensurar, avaliar, controlar, reportar e mitigar os riscos das suas operações e atividades por elas originadas. 2. Segunda Linha de Defesa é uma unidade independente representada pela Diretoria de Controle de Riscos. A responsabilidade dessa segunda linha é assegurar o monitoramento e controle do risco de forma garantir que as atividades do Banco estão aderentes ao nível de apetite de risco definido pela Administração do Banco. No Haitong Brasil, além do Controle de Risco, a segunda linha também tem o suporte das áreas de Compliance e TI. 3. Terceira Linha de Defesa é representada pela Auditoria Interna, que, de modo independente, revisa e valida as atividades das duas primeiras linhas de defesa e contribui para seu aprimoramento. O suporte da Diretoria e do Conselho de Administração completa a atuação em terceira linha de defesa. O funcionamento das "Três Linhas de Defesa", mesmo independentes entre si, deve ocorrer de forma coerente, com o objetivo de maximizar sua eficiência e contribuir para o desenvolvimento do Banco. Cultura de Risco: O Haitong Brasil adota diversas ações para disseminar a cultura de risco, de forma a fortalecer valores e alinhar suas diretrizes e o apetite de risco da instituição junto aos seus colaboradores. Dessa forma, o Banco torna transversal e eficiente o funcionamento das três linhas de defesa mencionadas anteriormente. e. Gestão Integrada de Riscos: De forma conceitual, a gestão de riscos é de responsabilidade de todas as áreas e colaboradores os quais devem informar tempestivamente os riscos, as falhas e as deficiências de controle às áreas em condições de sanáveis. O Haitong Brasil possui uma área responsável pela Gestão Integrada de Riscos, cuja as atribuições são exercidas de forma centralizada e independente, liderada pelo CFO (Chief Risk Officer). Esta unidade é responsável pela identificação, monitoramento e reporte dos riscos considerados relevantes pela Administração (riscos materiais), utilizando-se de processos específicos, metodologias internas, limites, regulamentos e procedimentos de controles estabelecidos em conformidade com o apetite de risco definido pelo Conselho de Administração, consonante com as diretrizes estabelecidas e autorizadas pelo acionista. A área de Controle de Risco é responsável pela medição, monitoramento, reporte e o controle contínuo e integrado das posições e exposições ao risco vis a vis aos limites pré-aprovados, para todas as operações realizadas e dos fatores de risco que incorre, cujos processos são formalizados através de relatórios periódicos. Adicionalmente é responsável pela realização de testes de estresse dos riscos da carteira do Banco. As referidas exposições aos riscos materiais e posições em carteira própria que normam os limites de tolerância a risco são definidas e formalizadas nos respectivos comitês internos de governança. Valores atualizados com base no último relatório distribuído: 31/12/2023. • Risco de Mercado: O VaR consolidado do Banco totalizava R\$ 361 (modelo de VaR Histórico para 10 dias com 99% de nível de confiança), o que representa 0,15% do Patrimônio de Referência de encerramento de 2023. • IRBB: Os resultados referentes a abordagem de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NI), fecharam em R\$ 120,2 e R\$ 7,249 respectivamente. • Risco de Liquidez: A liquidez disponível totalizava R\$ 1.432,859, o que representou 5,4 vezes o PR. Apesar da não obrigatorialidade no reporte regulamentar, por estar classificado como "S", o Banco apurou os indicadores de liquidez segundo a metodologia do Banco Central do Brasil. O RFR de 223,6% e NSFR de 154,7%. Portanto, o banco apresenta índices de liquidez bastante confortáveis e bem acima dos limites estabelecidos. • Baixa de Alavancagem: Na data de fechamento esse índice fechou em 3,4%. • Risco de Crédito: As operações de crédito e fianças totalizavam R\$ 506,233 (em 31.12.2022 foi de R\$ 872,347) correspondente a 7,7% do Ativo Total (em 31.12.2022 foi de 13,4%), sendo distribuídas pelos seguintes cinco principais setores em: Energia (44,52%); Telecomunicações (16,85%); Agronegócio (10,40%); Alimentação e Bebidas (10,24%); e Metalúrgica e Mineração (7,53%). f. Gerenciamento de Capital: O gerenciamento de capital é definido como processo contínuo de monitoramento e controle do capital do Banco, avaliação da necessidade de capital face aos riscos a que a instituição está sujeita e o planejamento de metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. Sempre adotando uma postura prospectiva e antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado. Como responsável pelo gerenciamento de capital perante o Banco Central do Brasil foi designado o Diretor responsável de Riscos (CRO - Chief Risk Management), atualmente subordinado ao Presidente. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas do mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos integrados relevantes incorridos pelo Banco. Caso a avaliação da necessidade de capital aporte para um valor acima do Capital Mínimo exigido pelo Regulador, a instituição adotará medidas cabíveis a fim de manter o capital compatível com os resultados das suas avaliações internas. O Plano de Capital do Haitong Brasil é elaborado de forma consistente com o Planejamento Estratégico e o Relatório Anual de Referência e o Relatório Anual do Plano de Negócios e o Orçamento Anual. As responsabilidades e a estrutura organizacional do gerenciamento de capital envolvem a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração, as áreas de Controle de Riscos e de Controle de Gestão. Além disso, conforme prevê legislação vigente, possui Plano de Contingência que possibilita a capitalização adequada em caso de condições de estresse, exigindo assim, acionar os estágios necessários e mais adequados, para a aplicação do Plano de Contingência estabelecido e aprovado pela alta Administração.

18 RESULTADO NÃO RECORRENTE

Table showing Exercícios findos em 31 de dezembro (2023, 2022) and Lucro (Prejuízo) recorrente (27.112, (4.935)).

19 OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. apura seus limites operacionais de forma consolidada, dentro dos parâmetros definidos por Basileia III, requerimentos que impuseram maior e melhor qualidade no nível de capital das instituições, além das medidas de caráter prudencial, o que tornou o sistema financeiro brasileiro mais seguro e resiliente. A seguir, demonstramos a relação entre o patrimônio líquido de referência e o patrimônio líquido exigido:

Table showing Patrimônio Líquido de Referência e Patrimônio Líquido Exigido, categorized by TIER I and TIER II.

b. Receitas de prestação de serviços:

Table showing Receitas de prestação de serviços for 2º sem. 2023, Exercício 2023, and Exercício 2022.

c. Despesas de pessoal:

Table showing Despesas de pessoal for 2º sem. 2023, Exercício 2023, and Exercício 2022.

d. Outras despesas administrativas:

Table showing Outras despesas administrativas for 2º sem. 2023, Exercício 2023, and Exercício 2022.

e. Despesas tributárias:

Table showing Despesas tributárias for 2º sem. 2023, Exercício 2023, and Exercício 2022.

f. Outras receitas operacionais:

Table showing Outras receitas operacionais for 2º sem. 2023, Exercício 2023, and Exercício 2022.

g. Outras despesas operacionais:

Table showing Outras despesas operacionais for 2º sem. 2023, Exercício 2023, and Exercício 2022.

CONTADOR

Table listing accountants: Ricardo Tetsuo Takeda, Carlos José Caetano Guzzo, Rogério Dalpian Graziotin, Rogério Pereira.

Documentos assinados digitalmente em conformidade com o Decreto nº 2.000-2 de 24/08/2021, que institui a InCFP-Brasil, a partir da assinatura da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021, e da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021.

Documentos assinados digitalmente em conformidade com o Decreto nº 2.000-2 de 24/08/2021, que institui a InCFP-Brasil, a partir da assinatura da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021, e da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021.

Documentos assinados digitalmente em conformidade com o Decreto nº 2.000-2 de 24/08/2021, que institui a InCFP-Brasil, a partir da assinatura da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021, e da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021.

Documentos assinados digitalmente em conformidade com o Decreto nº 2.000-2 de 24/08/2021, que institui a InCFP-Brasil, a partir da assinatura da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021, e da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021.

Documentos assinados digitalmente em conformidade com o Decreto nº 2.000-2 de 24/08/2021, que institui a InCFP-Brasil, a partir da assinatura da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021, e da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021.

Documentos assinados digitalmente em conformidade com o Decreto nº 2.000-2 de 24/08/2021, que institui a InCFP-Brasil, a partir da assinatura da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021, e da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021.

Documentos assinados digitalmente em conformidade com o Decreto nº 2.000-2 de 24/08/2021, que institui a InCFP-Brasil, a partir da assinatura da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021, e da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021.

Documentos assinados digitalmente em conformidade com o Decreto nº 2.000-2 de 24/08/2021, que institui a InCFP-Brasil, a partir da assinatura da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021, e da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021.

Documentos assinados digitalmente em conformidade com o Decreto nº 2.000-2 de 24/08/2021, que institui a InCFP-Brasil, a partir da assinatura da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021, e da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021.

Documentos assinados digitalmente em conformidade com o Decreto nº 2.000-2 de 24/08/2021, que institui a InCFP-Brasil, a partir da assinatura da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021, e da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021.

Documentos assinados digitalmente em conformidade com o Decreto nº 2.000-2 de 24/08/2021, que institui a InCFP-Brasil, a partir da assinatura da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021, e da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021.

Documentos assinados digitalmente em conformidade com o Decreto nº 2.000-2 de 24/08/2021, que institui a InCFP-Brasil, a partir da assinatura da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021, e da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021.

Documentos assinados digitalmente em conformidade com o Decreto nº 2.000-2 de 24/08/2021, que institui a InCFP-Brasil, a partir da assinatura da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021, e da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021.

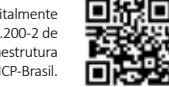
Documentos assinados digitalmente em conformidade com o Decreto nº 2.000-2 de 24/08/2021, que institui a InCFP-Brasil, a partir da assinatura da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021, e da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021.

Documentos assinados digitalmente em conformidade com o Decreto nº 2.000-2 de 24/08/2021, que institui a InCFP-Brasil, a partir da assinatura da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021, e da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021.

Documentos assinados digitalmente em conformidade com o Decreto nº 2.000-2 de 24/08/2021, que institui a InCFP-Brasil, a partir da assinatura da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021, e da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021.

Documentos assinados digitalmente em conformidade com o Decreto nº 2.000-2 de 24/08/2021, que institui a InCFP-Brasil, a partir da assinatura da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021, e da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021.

Documentos assinados digitalmente em conformidade com o Decreto nº 2.000-2 de 24/08/2021, que institui a InCFP-Brasil, a partir da assinatura da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021, e da Instrução Normativa nº 187/2021, de 12 de maio de 2021.



Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S. Paulo com circulação em bancas de jornais e assinada. AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser verificada através do QR Code ao lado ou pelo site https://fp.gazetasp.com.br